

RELATÓRIO GERENCIAL - EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS

DADOS EXTRAÍDOS DO RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL DE 2012

Relatório Analítico da Avaliação dos Programas

Programa 332-Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público

Origem do Programa: Índices de eficiência das ações judiciais e extrajudiciais, na defesa da probidade administrativa e do patrimônio público, não satisfatórios.

Objetivo do Programa: Defender a probidade administrativa e o patrimônio público, através da melhoria da eficiência das ações judiciais e extrajudiciais na área

Público Alvo: Sociedade

Unidade Resp. Programa: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Gestor do Programa: Silvana Corrêa Vianna

INDICADORES

Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2012	Data Apuração
Termos de ajustamento de conduta (tac) cumpridos do total de tacs com termo final vencido no ano. Fonte: MP	Anual	Percentual	81	89	72	31/12/12
Ações exitosas em segunda instância Fonte: GEAP	Anual	Percentual	64	72	63,5	31/12/12
Ações decididas procedentes ou parcialmente procedentes Fonte: GEAP	Anual	Percentual	52	60	54	31/12/12

Análise de indicadores do Programa:

O indicador de Termos de Ajustamento de conduta apresentou um índice menor do que a meta, mas esse fato não reflete em prejuízo, o que ocorre é que os Termos de Ajustamento são firmados cuja execução prolongam no tempo ultrapassando assim mais de um exercício, no total de 22% dos Termos de Ajustamento estão nessa situação. quanto ao indicador de ações em segunda instância cujo percentual foi apurado de 63,50%, menor do a situação atual, justifico que no momento do diagnóstico os dados foram extraídos de um antigo sistema denominado geap, porém ao implementar o novo sistema as informações revelaram dados que não manteve a proporcionalidade da informação. Assim como o indicador de ações decididas procedentes e parcialmente procedentes.

Análise do desempenho do Programa

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	81.676,51	81.676,51	0,00	68,06	100,00
Total	120.000,00	81.676,51	81.676,51	0,00	68,06	100,00

Execução:

Não foi necessária a utilização integral dos recursos para a realização das ações que justificaram a dotação inicial da LOA. A régua de parâmetros classifica o planejamento e programação da despesa como regular, apesar dessa classificação, a não utilização dos recursos disponíveis em nada compromete a atuação dos órgãos de execução do Ministério Público.

Os recursos foram devidamente liberados em fluxo compatível com a programação, sem atrasos e contingências. Também não houve a necessidade de créditos orçamentários adicionais, resultando no desempenho apurado de 100% da capacidade de executar financeiramente o orçamento.

Resultados :

As ações executadas neste programa permitiu elevar a eficácia no sentido de buscar a responsabilização dos agentes ímprobos, que de certa forma lesam o erário, acarretando danos a coisa pública, desta forma aumentando o número de proposituras de ações civis públicas.

Por outro lado, foi necessário otimizar a eficiência dos recursos humanos com capacitações, desenvolvimento, troca de experiências e treinamento prático em desenvolvimento de Técnicas de investigação na Defesa do patrimônio Público e Investigação de Improbidade e Crime contra o Patrimônio, tanto na esfera Cível como criminal.

Avaliação das Ações do Programa

Ação: 4313-Promoção da Eficiência na Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público

Unidade Responsável: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Objetivo Específico: Aumentar em 8% a eficiência das ações judiciais e extrajudiciais (TACS) na defesa da probidade administrativa e do patrimônio público.

Produto: Ação Realizada

Unidade de Medida: Percentual

Responsável pela Ação: Silvana Corrêa Vianna

Realização da Meta Física

Meta Física Prevista LOA	Meta Física prevista após créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
2,00	2,00	2,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física

- O índice apurado nesse exercício ocorreu dentro da expectativa, atingiu-se plenamente a meta.

Análise de desempenho da Ação

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	81.676,51	81.676,51	0,00	68,06	100,00
Total	120.000,00	81.676,51	81.676,51	0,00	68,06	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

O recurso utilizado nesse projeto foi suficiente, obteve-se a execução das despesas previstas inicialmente, embora a classificação tenha sido regular, não houve prejuízo na execução da ação.

Capacidade de Execução - COFD:

Os recursos foram devidamente liberados em fluxo compatível com a programação, sem atrasos e contingências. Também não houve a necessidade de créditos orçamentários adicionais, resultando no desempenho apurado de 100% da capacidade de executar financeiramente o orçamento.

As ações realizadas nesse exercício foram compatíveis com as dotações autorizadas na LOA, não havendo casos de contingenciamento ou anulações. As medidas/tarefas foram adequadas, inclusive economicamente, para o fim proposto.

Alcance do Objetivo Específico:

A diferença entre a capacidade de planejar e a de executar não afetou a busca do objetivo, pois todas os procedimentos realizados contribuíram de forma quantitativa e qualitativa para a busca da responsabilização dos gestores ímprobos.

Programa: 262-Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Origem do Programa:

A grave violação dos direitos da criança e adolescente na aplicação das medidas socioeducativas e de responsabilidade do sistema de rede de proteção que acaba não oportunizando e até vitimizando, por vezes, os jovens que são condicionados por um meio ineficaz de re(educação) e recuperação. A estatística evidencia, em números, essa situação: Mato Grosso em 2010 teve aproximadamente 52.059 boletins de ocorrências referentes a atos inflacionais, desse total 64% das ocorrências centralizam-se em quatro municípios: Cuiabá, Várzea Grande, Cáceres e Rondonópolis. Percebe-se claramente a inefetividade do Estado na aplicação dos métodos corretivos, que visem impedir que crianças e adolescentes voltem a permanecer em conflito com a lei sem ter-se oportunizado que se ressocializem e cresçam superando a vulnerabilidade social.

Objetivo do Programa: Assegurar o respeito aos direitos da criança e adolescente

Público Alvo: Sociedade matogrossense

Unidade Resp. Programa: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Gestor do Programa: Paulo Roberto Jorge do Prado

INDICADORES

Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2012	Data Apuração
Índice de ações ministeriais Fonte: GEAP	Anual	Unidade	0	11	5,00	
Número de ocorrências registrada, contra criança e adolescente, nos conselhos tutelar e disque 100 Fonte: MP/MT	Anual	Unidade	40	80		
Índice de evasão escolar Fonte: SEDUC	Anual	Unidade	26	18		

Análise de indicadores do Programa:

Deixamos de apresentar dois dos indicadores acima, por ter ocorrido equívoco, repetindo-se dados do plano plurianual de vigência anterior. Quanto ao terceiro indicador, qual seja, Índice de ações ministeriais, foram adotadas 581 ações judiciais, entre as quais foram propostas as ações específicas para exigir do Poder Público a construção de centros sócioeducativos para cumprimento de medidas de internação, porém essas ações ainda não foram definitivamente decididas pelo Poder Judiciário.

Análise do desempenho do Programa

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	92.445,00	92.445,00	0,00	77,04	100,00
Total	120.000,00	92.445,00	92.445,00	0,00	77,04	100,00

Execução:

A Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente, visando atingir as metas propostas no Planejamento Estratégico, bem como nosso fim institucional de proteção dos direitos das Crianças e Adolescentes, realizou diversas atividades no decorrer do exercício de 2012, tais como Audiências Públicas, continuidade da Campanha de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em parceria com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Câmara Municipal e entidades universitárias UNIRONDON e ICE; intensificação da Campanha institucional contra as drogas denominada PAPO RETO: Pó, pedra e pasta destroem sua vida; Palestras realizadas na Capital e em várias cidades do interior do Estado e Reuniões com o Governador do Estado de Mato Grosso, Secretários Estaduais de Justiça e Direitos Humanos e da Saúde e Prefeitos Municipais; bem como a realização do "I Seminário Mato- Grossense sobre Drogas, Internações de Dependentes Químicos e Soluções Político Sociais", em parceria com o Governo do Estado de Mato Grosso, Poder Judiciário e Prefeitura Municipal de Cuiabá-MT, com a participação de todos os setores governamentais e não governamentais envolvidos na solução do problema.

Resultados :

Os resultados deste programa, sob a análise desta Procuradoria Especializada, foram atingidos. Embora não tenhamos conseguido que o Poder Público efetivasse a implementação dos Centros, as ações ministeriais no sentido de exigir dos órgãos de execução o enfrentamento do problema foram adotadas.

Outros aspectos relevantes:

Ressaltamos que diante do aumento da demanda social em busca de intervenção do Ministério Público para resolver o problema da ausência de locais públicos para atendimento e tratamento de crianças e adolescentes dependentes químicos e a necessidade premente de adotar medidas no sentido de promover ações junto aos Poderes Executivos Estadual e Municipais com o objetivo de viabilizar este tratamento de saúde, implementamos ações no sentido de atender a demanda social no ano/exercício de 2012.

Nesse contexto, destacamos a realização do "I Seminário Mato-Grossense sobre Drogas, Internações de Dependentes Químicos e Soluções Político Sociais", em parceria com o Governo do Estado de Mato Grosso, Poder Judiciário e Prefeitura Municipal de Cuiabá-MT, com a participação de todos os setores governamentais e não-governamentais envolvidos na solução do problema.

Avaliação das Ações do Programa

Ação: 3845-Promoção da Proteção Sócio-Jurídica a Criança e Adolescente

Unidade Responsável: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Objetivo Específico: Promover ações junto ao poder público para que as medidas socioeducativas observem os dispositivos legais da doutrina da proteção integral estabelecido pelo eca.

Produto: Proteção efetivada

Unidade de Medida: Unidade

Responsável pela Ação: Paulo Roberto Jorge do Prado

Realização da Meta Física

Meta Física Prevista LOA	Meta Física prevista após créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
5,00	5,005	2,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física

- A meta que o Ministério Público propôs foi atingida com êxito, as ações Ministeriais foram propostas no sentido de atender o objetivo específico da ação do Programa. Citamos as localidades que serão beneficiadas com as medidas propostas: Cáceres, Sinop, Rondonópolis, Barra do Garças e Cuiabá.

Análise de desempenho da Ação

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	92.445,00	92.445,00	0,00	77,04	100,00
Total	120.000,00	92.445,00	92.445,00	0,00	77,04	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

A Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente buscou estipular valores que possivelmente não seriam totalmente utilizados a título de evitarmos dificuldades na elaboração e execução das nossas metas, deixando uma margem orçamentária razoável como experiência, inclusive, quanto a nossa atuação institucional.

Na construção do planejamento de execução do programa foram projetadas algumas ações, sendo que muitas dessas atividades não geram custos aos cofres do Ministério Público. Assim, buscou-se estipular valores que pudessem, de acordo com a nossa realidade orçamentária e financeira, serem executados.

Capacidade de Execução – COFD:

Em virtude de parcerias firmadas com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Câmara Municipal de Cuiabá, Governo do Estado de Mato Grosso, Poder Judiciário de Mato Grosso e Prefeitura de Cuiabá-MT, os custos com a realização do "I Seminário Mato-Grossense sobre Drogas, Internações de Dependentes Químicos e Soluções Político Sociais" e a confecção de material de campanha (cartilhas, camisetas, cartazes, DVD's, entre outros) gerou uma economia considerável ao Ministério Público Estadual, além do fato de várias Prefeituras terem confeccionado, às suas expensas, o material didático elaborado pelas campanhas.

Detectamos que no Estado de Mato Grosso, na área social infanto-juvenil, o Ministério Público tem sido o grande motivador para implantação das metas existentes no planejamento estratégico, sendo visível que a população, principalmente interiorana, não conhece os seus direitos e não sabe a quem recorrer, razão pela qual desenvolvemos atividades, como anteriormente mencionado, que propiciassem conscientização e economia na previsão orçamentária..

Alcance do Objetivo Específico:

O Objetivo específico foi atingido parcialmente, têm-se que foram demandas no total de 581 ações ministeriais, entre as quais foram propostas as ações específicas para exigir do Poder Público a construção de centros sócios educativos para cumprimento de medidas de internação, porém essas ações não transitaram em julgado, ou seja, a decisão quanto ao atendimento de implantação dos centros sócioeducativo ainda não foi decidida pelo Poder Judiciário.

Programa: 316-Efetividade da Legislação Penal**Origem do Programa:**

A deficiente mensuração dos resultados atuais do Ministério Público, que tem causa na falta de informações criminais que permitam a instituição, conhecer e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade de seus serviços, e estabelecer um planejamento estratégico adequado.

Objetivo do Programa:

Melhoria dos indicadores de impacto atuais se dará por meio da implantação do sistema de informações criminais com indicadores de resultados e dados estatísticos, que permitirá realizar diagnósticos acerca do desempenho das atividades na área criminal e adotar as medidas necessárias e adequadas para a satisfação das metas institucionais que venham ser ou tenham sido estabelecidas no planejamento estratégico.

Público Alvo: Sociedade

Unidade Resp. Programa: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Gestor do Programa: Mauro Viveiros

INDICADORES

Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2012	Data Apuração
Nº e índice de absolvições sumárias contrárias ao pedido do MP Fonte: MP	Anual	Unidade	0	1	3,16	
Nº e índice de condenações plenárias, contrárias ao pedido do MP Fonte: GEAP	Anual	Percentual	0	5	0,00	
Nº e índice de redução de processos com pronúncias superiores a 4 anos Fonte: GEAP	Anual	Unidade	0	100	0,00	
Nº e índice de absolvições plenárias, contrárias ao pedido do MP Fonte: MP	Anual	Unidade	0	5	5,06	
Nº e índice de estoque de feitos Fonte: MP	Anual	Percentual	0	30	0,00	
Nº e índice de absolvições singulares contra o pedido do MP Fonte: GEAP	Anual	Percentual	0	2	0,00	
Nº e índice de arquivamento de inquéritos policiais por não identificação de autoria Fonte: MP	Anual	Unidade	0	10	16,99	
Nº e índice de recursos providos conforme o pedido do MP Fonte: GEAP	Anual	Percentual	0	80	0,00	
Nº e índice de impronúncias contrárias ao pedido do MP Fonte: MP	Anual	Unidade	0	1	9,77	
Nº e índice de recursos improvidos contra o pedido do MP Fonte: GEAP	Anual	Percentual	0	0	0,00	
Nº e índice de condenações do juízo singular contrárias ao pedido do MP Fonte: MP	Anual	Unidade	0	5	0,00	
Nº e índice de prescrição da pretensão punitiva Fonte: GEAP	Anual	Unidade	0	2	0,73	

Análise de indicadores do Programa:

Alguns indicadores mencionados não foram implantados por que dependem da inclusão de complementos na Tabela de Taxonomia adotada pelo Conselho Superior do Ministério Público o que acontecerá quando for realizada reunião com essa finalidade.

Análise do desempenho do Programa

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	177.165,13	67.165,13	0,00	55,97	37,91
Total	120.000,00	177.165,13	67.165,13	0,00	55,97	37,91

Execução:

O índice de execução acima apurado deu-se em razão do remanejamento do orçamento da ação 5017-Implantação do Sistema de Gestão por Indicadores para a ação 5018-Implantação do Modelo de Fiscalização da Execução Penal, sem prejuízo das ações inicialmente previstas para a Ação 5017.

Resultados :

O Sistema de Gestão por Indicadores se encontra em desenvolvimento e já permite a realização de diagnósticos envolvendo a atuação finalística na área criminal possibilitando a realização de uma série de ações com vistas à melhoria da atuação ministerial.

Principais restrições e providências adotadas :

A principal restrição ao desenvolvimento do programa consistiu na necessidade de inclusão na Tabela de Taxonomia do Conselho Nacional do Ministério Público, de complementos aptos à mensuração dos índices projetados pelos Indicadores, todavia, existem uma série de indicadores que se encontram analisados e aptos a serem implantados o que acontecerá assim que for realizada a próxima reunião com o objetivo de votar as inclusões solicitadas.

Outros aspectos relevantes:

Foram analisados e implantados vários indicadores que não fazem parte do Quadro de Indicadores. Até o momento tem-se um total de 57 (cinquenta e sete) itens de indicadores, aptos à geração de relatórios demonstrativos da atuação das Promotorias em todo o Estado.

Outros produtos entregues:

Foi pensado e implantado no sistema, um Cadastro de Acusados de envolvimento em crimes de tráfico de drogas que servirá para alimentar o sistema gerando uma série de indicadores afins, assim como para fornecer dados estatísticos sobre o tema em todo o Estado.

Avaliação das Ações do Programa

Ação: 5017-Implantação do Sistema de Gestão por Indicadores

Unidade Responsável: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Objetivo Específico: Melhorar os indicadores de impacto por meio do sistema de informação para diagnosticar e adotar medidas necessárias para atingir as metas institucionais na área criminal.

Produto: Sistema de gestão por indicadores implantados

Unidade de Medida: Unidade

Responsável pela Ação: Mauro Viveiros

Realização da Meta Física

Meta Física Prevista LOA	Meta Física prevista após créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
35,00	35,00	57,00	162,86	162,86

Análise da Meta Física

- Na medida em que se o Sistema de Gestão por Indicadores foi sendo desenvolvido, verificou-se a necessidade de se criar outros indicadores, no sentido de se obter resultados mais específicos - por tipo de produto - de forma que a quantidade de indicadores aumentou sensivelmente de 35 para 57 Indicadores analisados, implantados e testados.

Análise de desempenho da Ação

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	67.165,13	67.165,13	0,00	55,97	100,00
Total	120.000,00	67.165,13	67.165,13	0,00	55,97	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

O Planejamento Estratégico em desenvolvimento pela Procuradoria de Justiça Criminal Especializada através do programa 0316 - Efetividade da Legislação Penal, composto das ações 5017-Implantação do Sistema de Gestão por Indicadores; 5018-Implantação do Modelo de Fiscalização da Execução Penal e 5019-Implantação do Controle Externo da Atividade Policial está em franco processo de desenvolvimento com a análise e implantação de 57 indicadores aptos à realizar diagnósticos de nossa atuação, fixar metas, resultados e ações passíveis de serem acompanhadas e avaliadas periodicamente em função dos recursos orçamentários utilizados. No entanto, vários indicadores do Programa foram substituídos por outros mais específicos sendo que alguns dependem da aprovação de complementos na Tabela de Taxonomia do Conselho Nacional do Ministério Público para que possam ser implantados. Conforme havíamos previsto, por ocasião do RAG/2011, o S.G.I. está sendo estendido nas demais áreas do Ministério Público Estadual que se encontram em fase de consultoria para a sua implantação.

Capacidade de Execução – COFD:

A execução acima deu-se em razão da aquisição de 02 dois) veículos para serem utilizados na execução da ação 5018-Implantação do Modelo de Fiscalização da Execução Penal.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação está sendo satisfatoriamente atingido tendo em vista que já se faz possível obter uma série de dados e informações capazes de diagnosticar o desempenho das atividades na área criminal, para fins de adoção de medidas necessárias ao cumprimento das metas institucionais na área criminal.

Outros Aspectos Relevantes:

Outros aspectos relevantes- As restrições que mais impactaram no desenvolvimento da ação foram de ordem financeiro/administrativa.

Avaliação das Ações do Programa

Ação: 5018-Implantação do Modelo de Fiscalização da Execução Penal

Unidade Responsável: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Estruturar uma central de fiscalização e acompanhamento da execução de penas e medidas alternativas,
Objetivo Específico: visando contribuir para maior dignidade e a reinserção social dos beneficiários, através de um modelo de equipe interdisciplinar no atendimento e fiscalização dos reeducandos.

Produto: Ação mantida

Unidade de Medida: Percentual

Responsável pela Ação: Mauro Viveiros

Realização da Meta Física

Meta Física Prevista LOA	Meta Física prevista após créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
0,00	2,00	0,00		0,00

Análise da Meta Física

- Trata-se de ação inserida através de Crédito Especial com a finalidade de executar o Projeto de Estruturação de Acompanhamento e fiscalização da Execução de Penal e Medidas Alternativas. O projeto será executado com recursos do Ministério da Justiça, todavia, o convênio respectivo foi assinado em 27/12/2012 o que não permitiu que a sua execução tivesse início dentro do exercício.

Análise de desempenho da Ação

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Trata-se de ação inserida através de Crédito Especial com a finalidade de executar o Projeto de Estruturação de Acompanhamento e fiscalização da Execução de Penal e Medidas Alternativas. O projeto será executado com recursos do Ministério da Justiça, todavia, o convênio respectivo foi assinado em 27/12/2012 o que não permitiu que a sua execução tivesse início dentro do exercício.

Capacidade de Execução – COFD:

Trata-se de ação inserida através de Crédito Especial com a finalidade de executar o Projeto de Estruturação de Acompanhamento e fiscalização da Execução de Penal e Medidas Alternativas. O projeto será executado com recursos do Ministério da Justiça, todavia, o convênio respectivo foi assinado em 27/12/2012 o que não permitiu que a sua execução tivesse início dentro do exercício.

Alcance do Objetivo Específico:

Trata-se de ação inserida através de Crédito Especial com a finalidade de executar o Projeto de Estruturação de Acompanhamento e fiscalização da Execução de Penal e Medidas Alternativas. O projeto será executado com recursos do Ministério da Justiça, todavia, o convênio respectivo foi assinado em 27/12/2012 o que não permitiu que a sua execução tivesse início dentro do exercício.

Outros Aspectos Relevantes:

Trata-se de ação inserida através de Crédito Especial com a finalidade de executar o Projeto de Estruturação de Acompanhamento e fiscalização da Execução de Penal e Medidas Alternativas. O projeto será executado com recursos do Ministério da Justiça, todavia, o convênio respectivo foi assinado em 27/12/2012 o que não permitiu que a sua execução tivesse início dentro do exercício.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Trata-se de ação inserida através de Crédito Especial com a finalidade de executar o Projeto de Estruturação de Acompanhamento e fiscalização da Execução de Penal e Medidas Alternativas. O projeto será executado com recursos do Ministério da Justiça, todavia, o convênio respectivo foi assinado em 27/12/2012 o que não permitiu que a sua execução tivesse início dentro do exercício.

Programa: 287-Defesa da Cidadania e Respeito aos Direitos do Cidadão

Origem do Programa: Demandas registradas pelas Promotorias de Justiça no ano de 2010, evidenciam ações empreendidas em prol dos serviços públicos relacionados aos direitos sociais. Assim, extrai-se a representatividade das demandas da seguinte forma: a) 35,76% Saúde; b) 8,49% Idoso; c) 6,79% Educação e Pessoa com Deficiência. De outro modo, as informações dos serviços públicos de saúde apontam grande demanda por cirurgias ortopédicas para atendimento das vítimas de acidentes de trânsito, sendo extraído das promotorias de justiça criminais que no ano de 2010 foram registradas 23.169 ocorrências por delitos de trânsito. Desse modo, identificado os casos de desrespeito ao cidadão e violação de seus direitos fundamentais, foi elaborado o presente programa para oportunizar o desenvolvimento de uma sociedade onde segurança, educação e saúde pública sejam direitos plenamente assegurados aos cidadãos matogrossenses.

Objetivo do Programa: Reduzir os casos de violação aos direitos do cidadão

Público Alvo: Sociedade

Unidade Resp. Programa: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Gestor do Programa: Edmilson da Costa Pereira

INDICADORES

Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2012	Data Apuração
Índice de resolutividade extrajudicial de cidadania Fonte: Sistema GEAP	Anual	Percentual	36	56	45,25	28/02/13
Índice de utilização dos instrumentos de interação comunitária Fonte: Sistema GEAP	Anual	Percentual	440	500	290,00	28/02/13

Análise de indicadores do Programa:

ÍNDICE DE RESOLUTIVIDADE EXTRAJUDICIAL DA CIDADANIA

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso na área da Cidadania e do Consumidor cumpriu com o objetivo proposto, constata-se permanente comprometimento com a celeridade e efetividade das medidas ministeriais. A resolução das demandas extrajudiciais pelas Promotorias de Justiça superou a expectativa, atingindo cerca de 87,32% de resolução da demanda sem que fosse necessário a judicialização. (Referencia: demandas recebidas - 7.862 - demandas solucionadas sem a instauração de procedimento judicial - 6.868).

Observa-se ainda que 45,25% dos procedimentos extrajudiciais instaurados foram arquivados mediante a expedição de Notificação Recomendatória e Termos de Ajustamento de Conduta firmados (Referencia: Notificação Recomendatória + Termo de Ajustamento de Conduta [970] x 100 / Procedimento Preparatório + Inquérito Civil [2170]).

Os dados extraídos do SIMP - Sistema Integrado do Ministério Público demonstram ainda que 214 novos procedimentos judiciais foram instaurados e em contrapartida 643 procedimentos judiciais foram finalizados. Diferença que se justifica ao observar que a resolutividade da medida ocorre na maioria dos casos no ano posterior ao do registro ou quando do encerramento do Plano de Trabalho Plurianual.

ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE INTERAÇÃO COMUNITÁRIA

Para extração do índice de utilização dos instrumentos de interação comunitária utilizamos o sistema de controle de procedimentos do Ministério Público - SIMP, tendo como referência a quantidade de audiências públicas, inspeções, vistorias, reuniões e palestras realizadas pelas Promotorias de Justiça do Estado de Mato Grosso no ano de 2012. As informações extraídas revelam que 290 instrumentos de interação comunitária foram utilizados.

Análise do desempenho do Programa

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	63.684,00	63.684,00	0,00	53,07	100,00
Total	120.000,00	63.684,00	63.684,00	0,00	53,07	100,00

Execução:

O programa foi executado do plano de trabalho inicial e as ações alcançaram as metas esperadas. Porém, as dificuldades apontadas nos anos anteriores persistem, tal como a dificuldade em se mensurar os custos individualizados para cada ação. Deve-se registrar ainda, que nas Promotorias de Justiça grande parte dos custos foram alocados no Programa de Apoio Administrativo.

Capacidade de Planejamento - PPD

O recurso não foi totalmente utilizado, uma vez que as ações promovidas pela Procuradoria Especializada e Promotorias de Justiça teve o custo operacional suportado Programa de Apoio Administrativo como rotina das Promotorias.

Capacidade de Execução - COFD

O desempenho da execução financeira foi ótimo e desempenhado no prazo. O valor da dotação final é inferior ao valor final devido a reprogramação de ações que envolviam custo direto e priorização de ações que demandaram atuação jurídica cujas despesas correntes estão previstas nos custos de apoio administrativo e pessoal. Porém, apesar da não utilização total dos recursos, várias ações foram desencadeadas no ano de 2012 com o intuito de conscientizar e respaldar a população, tais como a distribuição de cartilhas e material gráfico visando o combate a dengue, inclusão da pessoa com deficiência no meio social e combate a violência contra a pessoa idosa.

Resultados :

O ano de 2012 teve como foco de atuação o enfrentamento de questões ligadas ao idoso e a pessoa com deficiência física. Através no projeto denominado "Jornada da Inclusão" diversas Promotorias de Justiça promoveram eventos, audiências públicas, palestras, debates e campanhas educativas com a interação de toda a sociedade local. Foram disponibilizado às Prefeituras Municipais material subsidiário para criação de Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, com modelos de leis e criação de regime interno, além de kits com informações sobre acessibilidade, permitindo assim, a multiplicação de conhecimento e a sensibilização junto a diversas instancias da sociedade e a população foi disponibilizado cartilhas contendo o Estatuto do Idoso e legislação correlata.

Os Órgãos públicos e privados foram notificados para o cumprimento do Estatuto do Idoso e para assegurar a acessibilidade aos logradouros públicos das pessoas com deficiência física e dos idosos.

Visualiza-se ainda a judicialização de cerca de 107 novos procedimentos visando coibir a violência física, psicológica e social praticada contra o idoso e a pessoa com deficiência física, bem assegurar o respeito aos direitos do cidadão.

Principais restrições e providências adotadas:

Com a implantação do SIMP / MPMT, observa-se uma melhora no gerenciamento das informações provenientes das Promotorias de Justiça do Cidadania e do Consumidor, constata-se a centralização das informações o que possibilita a condução de prioridade institucionais pelas Procuradorias Especializadas.

Avaliação das Ações do Programa

Ação: 5164-Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Unidade Responsável: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Objetivo Específico: Empreender ações voltadas para redução dos índices de violência contra pessoa idosa

Produto: Ação ministerial proposta

Unidade de Medida: Percentual

Responsável pela Ação: Edmilson da Costa Pereira

Realização da Meta Física

Meta Física Prevista LOA	Meta Física prevista após créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
60,00	60,00	82,00	136,67	136,67

Análise da Meta Física

- A meta estipulada foi completamente atingida. Todas as Promotorias de Justiça empenharam esforços para que os direitos dos idosos e deficientes físicos fossem assegurados. Foi desencadeado diversas ações com o fim de averiguar e fiscalizar o funcionamento das Entidades de Atendimento e do Conselho de Idoso, aplicação de medidas de proteção e não discriminação do idoso e da pessoa com deficiência, bem como assegurar-lhes a acessibilidade aos logradouros públicos e particulares.

Análise de desempenho da Ação

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	63.684,00	63.684,00	0,00	53,07	100,00
Total	120.000,00	63.684,00	63.684,00	0,00	53,07	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Não se fez necessário a utilização da totalidade dos recursos financeiros disponíveis, porém diversas ações foram empreendidas na implantação do Projeto da Jornada da Inclusão, o qual teve como objetivo o enfrentamento de questões ligadas ao idoso e pessoas com deficiência com a promoção de audiências públicas, palestras, campanhas educativas onde foi disponibilizado aos participantes cartilhas informativas contendo o Estatuto do Idoso e legislação correlata, informações sobre acessibilidade e as Prefeituras Municipais foi disponibilizado material subsidiário para criação de Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência.

Capacidade de Execução – COFD:

O desempenho na execução financeira foi realizado dentro dos prazos estabelecidos, justifica-se a não utilização do valor total inicialmente previsto em virtude da reprogramação das ações que envolviam custo direto e priorização das ações que demandaram atuação jurídica cujas despesas correntes estão previstas nos custos de apoio administrativo pessoal.

Alcance do Objetivo Específico:

Apesar de todo recurso financeiro disponível não ter sido utilizado em sua totalidade, a meta inicialmente estabelecida foi alcançada e ultrapassada. Instrumentos Judiciais e Extrajudiciais foram empreendidos para a defesa da Pessoa Idosa e com Deficiência Física na âmbito individual e coletivo.

Programa: 331-Defesa Ambiental e Organização das Cidades

Origem do Programa: A utilização inadequada dos recursos naturais e o crescimento desordenado das cidades, aliados a falta de implementação de Políticas Públicas voltadas para a proteção do meio ambiente natural e urbano, geram graves problemas que serão suportados não apenas pela presente geração, mas também, pelas futuras. São típicos exemplos poluição dos recursos hídricos, degradação da cobertura vegetal, acúmulo de resíduos sólidos e exclusão social decorrente da ausência de regularização fundiária.

Objetivo do Programa: Atuar visando a proteção do patrimônio natural e a organização dos espaços habitáveis, de modo a propiciar melhores condições de vida à coletividade.

Público Alvo: Sociedade

Unidade Resp. Programa: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Gestor do Programa: Luiz Alberto Esteves Scaloppe

INDICADORES

Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2012	Data Apuração
Índice de municípios com aterro sanitário licenciado Fonte: SEPLAN/MT	Anual	Percentual	8	60	5,00	31/12/12
Índice de focos de calor Fonte: CPTEC/INPE	Anual	Percentual	260130	156078	172.831,00	31/12/12

Análise de indicadores do Programa:

O Ministério Público vem acompanhando os índices de focos de calor do Estado de Mato Grosso, numa perspectiva de buscar a redução das queimadas urbanas e rurais por meio de ações preventivas, especialmente de educação ambiental.

Foi apurado junto à Gerência de Resíduos Sólidos, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que até o final de 2012 somente os seguintes aterros sanitários possuíam Licença de Operação: Torixoréu (LO válida até 02/12/2013), Juína (LO válida até 17/11/2014), Colíder (LO válida até 27/04/2015), Cotriguaçu (LO válida até 22/05/2015), Aterro privado Sanorte Saneamento Ambiental que está instalado em Sorriso e recebe os resíduos da coleta pública domiciliar de Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Tapurah, Ipiranga do Norte e Vera (LO válida até 07/12/2012). Foi requerida a renovação junto à SEMA, o processo está em tramitação e o aterro privado CGR de Cuiabá (LO válida até 03/05/2014). Em 26/10/2012 venceu a LO de Campo Verde e o município ainda não requereu a renovação. Os demais municípios do Estado não possuem aterros sanitários licenciados junto ao órgão ambiental.

Desta feita, considerando a necessidade de exigir que os Municípios pleiteiem junto à SEMA a renovação da Licença de Operação dos aterros já em funcionamento, bem como, que atendam às exigências do órgão ambiental para que obtenham o devido licenciamento daqueles aterros que ainda não a possuem, esta Procuradoria de Justiça Especializada vem mantendo contato (pessoal, telefônico e por e-mail) com os Promotores de Justiça das respectivas comarcas, para que também acompanhem ativamente a atuação do Poder Público Municipal, oficiando-os para que se ajustem o mais rápido possível às normas ambientais referentes à gestão dos resíduos sólidos, valendo-se de meios extrajudiciais e judiciais para tanto.

Ademais, o acompanhamento in loco também vem sendo realizado pela assessoria técnica em Biologia, desta Especializada, que visitou os seguintes municípios com o fim de vistoriar seus respectivos aterros sanitários e elaborar laudo técnico ambiental: Cuiabá, Várzea Grande, Chapada dos Guimarães e Porto Estrela. Destaque-se que o auxílio da assessoria técnica em Biologia vem sendo ofertado aos Promotores de Justiça atuantes na área ambiental a fim de instruir suas investigações em curso e subsidiar eventuais medidas extrajudiciais, como a celebração de TAC, com informações técnicas a respeito da situação dos resíduos sólidos em cada Município.

Quanto ao índice de focos de calor apurados em 2012 (informações obtidas junto ao Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE), apesar de ainda ser expressivo no Estado de Mato Grosso, percebe-se uma redução em comparação ao ano anterior (2011), o que é resultado de ações preventivas e educativas que vem sendo realizadas no âmbito ministerial, e também pelo Poder Público.

Nesse sentido, o Ministério Público vem envidando esforços para estimular ações educativas e que promovam o combate preventivo e repressivo de queimadas. Exemplo disso é a parceria "Mato Grosso unido contra as queimadas", celebrada ao final de 2011, cujos efeitos das ações educativas perduram até os dias atuais, contando com o apoio do Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Associação Mato-grossense dos Municípios e Poder Executivo Estadual. Com o fim de buscar uma redução ainda maior desses índices de focos de calor, bem como, uma atuação eficiente das entidades do Poder Público responsáveis pelo combate às queimadas, a Procuradoria de Justiça Especializada vem acompanhando diretamente o trabalho do Batalhão Ambiental da Polícia Militar e também do Corpo de Bombeiros, promovendo, inclusive, uma aproximação entre os Promotores de Justiça e as referidas instituições, para que atuem de forma coesa e integrada nas diversas questões referentes à proteção ambiental, inclusive as queimadas.

Análise do desempenho do Programa

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	71.026,70	70.256,00	0,00	58,55	98,92
Total	120.000,00	71.026,70	70.256,00	0,00	58,55	98,92

Execução:

No que tange ao Programa em comento, a previsão de execução orçamentária e financeira consistiu, sinteticamente, em (1) capacitação de membros e servidores da assessoria em temas referentes à proteção do meio ambiente natural e organização das cidades; (2) formação de quadro especializado para assessorar em assuntos da área da Biologia, Arquitetura e Informática (este último, especialmente no que se refere à captação de imagens georreferenciadas); (3) organização e custeio de encontros, seminários e atividades de promoção da educação ambiental e de acessibilidade urbana (como a realização do Ato Cívico, em 22 de setembro de 2012, precedido de encontros com entidades dos deficientes físicos, ciclistas e outras, destacando a importância das calçadas e ciclovias na urbe).

Importante destacar que houve compatibilidade entre a dotação inicialmente prevista e a projeção das despesas realizadas.

Os recursos humanos e materiais, bem como a realização de eventos e grupos de estudos e debates permanecem sendo implementados. No que concerne ao cumprimento das metas físicas, observa-se que, muito embora não tenha sido utilizado todo o recurso orçamentário destinado ao programa, a Procuradoria de Justiça Especializada vem atuando de forma satisfatória em busca do alcance das metas ora estipuladas, sempre visando uma atuação conjunta e auxiliar aos Promotores de Justiça.

Resultados :

A efetividade do programa tem se mostrado satisfatória, mediante uma atuação ministerial forte e presente em diversas frentes de trabalho referentes à defesa ambiental e urbanística, especialmente as eleitas aqui como prioritárias, seja em âmbito judicial, como extrajudicial.

Durante o exercício de 2012, destaca-se a participação da Procuradoria Especializada em diversos Conselhos e Comissões da área ambiental (tais como: Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA; Câmara Setorial de Agrotóxicos e CSA/INDEA; Rede Latino Americana de Ministério Público Ambiental; etc.), bem como, a realização do 1º Primeiro Encontro Regional de Direito Urbanístico do Centro -Oeste e da Amazônia Legal, com a participação de Promotores de Justiça atuantes na área urbanística e experts da área.

Ademais, foi realizado o 2º Projeto Calçada e Ciclovia: Instrumentos de Cidadania, com a efetiva participação de vinte e duas entidades civis representantes de idosos, deficientes físicos e simpatizantes da questão.

Em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPA) da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso, foram criados, de forma inovadora, dois Cursos de Especialização, sendo um em Direito Ambiental (CEDA) e outro em Direito Ambiental e Urbanístico (CEDAU), ambos oferecidos gratuitamente aos Promotores de Justiça e agentes públicos, e um curso de Especialização em Direito Ambiental (CEDA2) autofinanciável oferecido para a sociedade em geral, visando a capacitação de membros e servidores do Ministério Público atuantes na área ambiental e urbanística.

No decorrer de 2012, foram realizadas também diversas reuniões Pró-Comitês de Bacias Hidrográficas, nos municípios de Sorriso, Sinop, Alta Floresta, Cáceres, Jauru, Juína, Rondonópolis e Alto Araguaia, com o fim de articular e estimular a implantação dos CBH's. Ainda nessa perspectiva, foi publicada a "Cartilha CBH" e enviada a todos os Promotores de Justiça.

Na área da Biologia, foram realizados trinta e três (33) Laudos Técnicos que abrangeram oito (8) Municípios (Cuiabá, Várzea Grande, Jaciara, Porto Estrela, Rondonópolis, Santo Antônio, Chapada dos Guimarães e Vera). Os procedimentos variam entre Laudos de Vistoria, Perícias em parceria com o Centro de Apoio Operacional do Ministério Público (CAOP) e Pareceres Técnicos sobre relatórios e imagens enviadas. Os procedimentos são referentes à disposição irregular de resíduos sólidos, processos erosivos e áreas degradadas, poluição hídrica, alterações ambientais, abandono de áreas, aterramento de nascentes, poluição visual e ocupação irregular de Áreas de Preservação Permanente (APP).

Na área do Urbanismo, durante o último semestre de 2012, foram realizadas dezoito (18) vistorias e laudos técnicos, atendendo às demandas dos Promotores de Justiça, referentes à: (1) verificação das condições de acessibilidade e adequação às normas urbanísticas, com elaboração de laudo técnico detalhado; (2) análise e elaboração de relatório técnico detalhado referente à adequação de Estudos de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança (EIV/RIV) às normas urbanísticas de empreendimentos e operações urbanas consorciadas; (3) participação em audiências públicas sobre empreendimentos e operações urbanas consorciadas; (4) realizou-se também vinte e dois (22) atendimentos aos Promotores de Justiça com atuação na área, com o fim de esclarecer questões técnicas de urbanismo e auxiliar nas demandas respectivas, por meio de telefone, e-mail e visitas ao gabinete.

Por derradeiro, foram elaboradas cento e onze (111) imagens de georreferenciamento, de áreas urbanas e rurais, pelo apoio informático e de imagens.

Avaliação das Ações do Programa

Ação: 5127-Controle da Qualidade do Meio Ambiente Natural

Unidade Responsável: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Objetivo Específico: Atuar visando a proteção dos recursos naturais.

Produto: Ação ministerial proposta

Unidade de Medida: Percentual

Responsável pela Ação: Luiz Alberto Esteves Scaloppe

Realização da Meta Física

Meta Física Prevista LOA	Meta Física prevista após créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
5,00	5,00	4,00	80,00	80,00

Análise da Meta Física

- As medidas inicialmente planejadas e executadas, assim como as ações promovidas pelos Promotores de Justiça com atribuição na área ambiental, além de acarretar a responsabilização dos infratores ambientais e, por conseguinte, a reparação dos danos perpetrados, propiciou, além de tudo, importante fomento à educação ambiental.

No período fonte de pesquisa (janeiro a dezembro de 2012), o Ministério Público, além da cotidiana atuação judicial (ora como autor, ora fiscal da lei), celebrou (332) trezentos e trinta e dois Termos de Ajustamento de Conduta, sendo (277) duzentos e setenta e sete

referentes ao meio ambiente natural.

Ademais, foram realizadas perícias técnicas referentes à ocupação ilegal e desmate de APP, poluição de corpos hídricos, aterramentos de nascentes, etc., visando instruir e subsidiar a propositura de ações de responsabilização, em caso de dano ao meio ambiente natural, a cargo dos Promotores de Justiça.

Por derradeiro, destaque-se a atuação da Procuradoria Especializada em ações de capacitação de membros e servidores e também na realização de reuniões nas diversas comarcas para estimular a implantação de Comitês de Bacias Hidrográfica.

Análise de desempenho da Ação

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	60.000,00	45.157,68	44.717,68	0,00	74,53	99,03
Total	60.000,00	45.157,68	44.717,68	0,00	74,53	99,03

Capacidade de Planejamento - PPD:

A dotação orçamentária inicialmente prevista para o exercício 2012 foi destinada ao custeio de diárias para a realização das reuniões Pró-Comitês de Bacias Hidrográficas em municípios do interior do Estado, bem como, perícias técnicas ambientais e, ainda, à participação em outros eventos relacionados à matéria ambiental. Por derradeiro, destaque-se a aquisição de material permanente para subsidiar os trabalhos de realização e impressão de imagens georreferenciadas.

Embora os recursos não tenham sido gastos por completo, vê-se que a previsão do orçamento foi realizada corretamente na oportunidade de elaboração e fixação de metas do Programa.

Capacidade de Execução – COFD:

Os gastos foram realizados dentro dos limites fixados para a dotação orçamentária anual.

O desempenho apurado no COFD justifica o êxito da execução, diante dos resultados apresentados no quadro da realização orçamentária e financeira, de modo que restou demonstrada uma capacidade de execução satisfatória, atendendo integralmente ao planejamento em curso, e evidenciando a conformidade entre o planejado e o executado.

Alcance do Objetivo Específico:

O nível de atingimento dos objetivos específicos demonstra que o Ministério Público vem atuando satisfatoriamente nas áreas ambiental e urbanística, através dos Promotores de Justiça e da Procuradoria de Justiça Especializada.

Não obstante a correta projeção das despesas, a execução das medidas adotadas para a consecução dos objetivos específicos não exigiu a aplicação da dotação inicial em sua totalidade.

Avaliação das Ações do Programa

Ação: 5128-Organização e Sustentabilidade das Cidades Mato-Grossenses

Unidade Responsável: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Objetivo Específico: Atuar visando a proteção dos recursos naturais.

Produto: Ação ministerial proposta

Unidade de Medida: Percentual

Responsável pela Ação: Luiz Alberto Esteves Scaloppe

Realização da Meta Física

Meta Física Prevista LOA	Meta Física prevista após créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
5,00	5,00	5,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física

- O Ministério Público Estadual, visando atingir os fins previstos, atuou de maneira integrada em todo o Estado. As medidas inicialmente planejadas e executadas, assim como as ações promovidas pelos Promotores de Justiça com atribuição na área urbanística, além de acarretar a responsabilização dos infratores e, por conseguinte, a reparação dos danos perpetrados, propiciou, além de tudo, importante fomento à educação ambiental. No período fonte de pesquisa (janeiro a dezembro de 2012), o Ministério Público, além da quotidiana atuação judicial (ora como autor, ora fiscal da lei), celebrou (332) trezentos e trinta e dois Termos de Ajustamento de Conduta, sendo (277) duzentos e setenta e sete

referentes ao meio ambiente natural e (55) cinquenta e cinco referentes ao urbano.

Ademais, foram realizadas as perícias técnicas mencionadas anteriormente, referentes à ocupação ilegal e desmate de APP's em zonas urbanas (não só nas rurais), poluição de corpos hídricos, aterramentos de nascentes, etc., visando instruir e subsidiar a propositura de ações de responsabilização, em caso de dano ao meio ambiente natural, a cargo dos Promotores de Justiça. O mesmo deu-se em relação à ordem urbanística, eis que foram realizadas atividades de capacitação e conscientização, conforme mencionado alhures, bem como, ações de vistoria e elaboração de laudos técnicos urbanísticos, subsidiando, assim, a atuação dos Promotores de Justiça em questões acerca da sustentabilidade das cidades e adequação às normas urbanísticas.

Análise de desempenho da Ação

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	60.000,00	25.869,02	25.539,02	0,00	42,57	98,72
Total	60.000,00	25.869,02	25.539,02	0,00	42,57	98,72

Capacidade de Planejamento - PPD:

A dotação orçamentária inicialmente prevista para o exercício 2012 foi destinada ao custeio do 2º Primeiro Encontro Regional de Direito Urbanístico do Centro-Oeste e da Amazônia Legal, à realização do 2º Projeto Calçada e Ciclovia: Instrumentos de Cidadania, bem como, à aquisição de material e diárias para custear participação institucional em eventos de capacitação.

Embora os recursos não tenham sido gastos por completo, vê-se que a previsão do orçamento foi realizada corretamente na oportunidade de elaboração e fixação de metas do Programa.

Capacidade de Execução – COFD:

O desempenho apurado no COFD evidencia o êxito da execução. Os resultados apresentados no quadro da realização orçamentária e financeira demonstram uma capacidade de execução satisfatória, atendendo integralmente ao planejamento em curso, havendo uma conformidade entre as ações planejadas e as executadas.

Alcance do Objetivo Específico:

O nível de atingimento dos objetivos específicos demonstra que o Ministério Público vem atuando satisfatoriamente nas áreas ambiental e urbanística, através dos Promotores de Justiça e da Procuradoria de Justiça Especializada.

Não obstante a correta projeção das despesas, a execução das medidas adotadas para a consecução dos objetivos específicos não exigiu a aplicação da dotação inicial em sua totalidade.

Programa: 264-Desenvolvimento Institucional

Origem do Programa: Estrutura deficiente para atendimento da população matogrossense.

Objetivo do Programa: Efetivar os direitos do cidadão

Público Alvo: Sociedade

Unidade Resp. Programa: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Gestor do Programa: Mauro Benedito Pouso Curvo

INDICADORES

Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2012	Data Apuração
Índice de satisfação da sociedade Fonte: MP/MT	Anual	Percentual	0	20	91,04	31/12/12

Análise de indicadores do Programa:

Visando apurar o Índice de satisfação da sociedade matogrossense em relação a atuação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, foi realizada pesquisa de campo, por amostragem, com instalação de urnas em regiões estratégicas do Estado: Cuiabá; Primavera do Leste; Rondonópolis; Barra do Garças; Cáceres; Diamantino; Tangará da Serra; Juína; Sinop; Alta Floresta; Porto Alegre do Norte; Várzea Grande.

O questionário, composto por perguntas objetivas de fácil compreensão, voltadas para apurar o nível de satisfação, foi respondido pelas pessoas que se dirigiram ao Ministério Público em busca dos serviços Ministeriais. Sendo que a maioria dos participantes (28,40%) tem idade entre 31 e 40 anos de idade, ficando em torno de 8,02% a participação dos idosos na pesquisa.

Ao final, foi possível fazer uma análise e reflexão acerca do índice apurado, com objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados a sociedade matogrossense visando a efetividade dos direitos do cidadão.

Análise do desempenho do Programa

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	10.204.809,00	6.355.248,85	6.135.077,34	0,00	60,12	96,54
240	42.905,00	42.905,00	38.813,99	0,00	90,46	90,46
300	0,00	8.400.000,00	8.400.000,00	0,00	0,00	100,00
640	0,00	44.086,01	43.746,01	0,00	0,00	99,23
Total	10.247.795,00	14.842.239,86	14.617.637,34	0,00	142,64	98,49

Execução:

Embora a capacidade de planejamento no que tange aos recursos públicos tenha sido classificado como altamente deficiente, fato considerado pelo empenho maior do que a dotação inicial prevista, foram desenvolvidas ações específicas no presente programa atingindo as metas previstas na LOA, cujos fatores preponderantes foram planejar e efetivar a execução das medidas, aliado a utilização de recursos financeiros, cujos repasses foram de acordo com a programação e o cronograma. Os recursos humanos e materiais disponibilizados foram suficientes.

O ótimo desempenho da capacidade de execução se deve ao fato da Administração ter desempenhado suas atribuições com desenvoltura, celeridade, eficiência, eficácia. Principalmente, os setores administrativos envolvidos nos processos de aquisições e processamento das despesas.

A área sistêmica da Instituição pautou o desempenho de suas atribuições com celeridade, presteza e eficiência, fundamental para o êxito das ações.

O fato de ter-se elaborado um plano de trabalho para as ações no exercício, permitiu que todos tivessem um alinhamento na fase da execução das ações reduzindo-se a morosidade. Aliado a eficiência temos também o fato de que a programação das despesas não sofreram grandes alterações, e os recursos destinados para as despesas orçamentárias estavam disponíveis de acordo com o cronograma.

Os resultados do Programa foram atingidos, o que permitiu um avanço no desempenho das ações finalísticas.

Resultados :

As unidades administrativas tiveram um acréscimo em sua estrutura física para melhor atender o cidadão que busca a tutela Ministerial, compreendidas em reformas e adequações em 13 Promotorias de Justiça, alcançando nove regiões de planejamento do Estado. Ocorreu ainda o início dos serviços de construção das novas sedes das Promotorias de Justiça dos Municípios de Sinop, Sorriso e Tangará da Serra, assim como a reforma e readequação do edifício que abrigará a nova sede do GAECO, Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, Colégio de Procuradores de Justiça e Gabinetes da Procuradoria Geral de Justiça.

Na área de Tecnologia da Informação a meta era atender 100% das Promotorias, foi implantado o Service Desk em 4 polos regionais, provendo atendimento técnico presencial nas 81 Promotorias de Justiça do Estado, possibilitando a otimização do processamento da informação nos sistemas eletrônico de gerenciamento de processos, entre outras ações.

Em termos de Capacitação foram 345 servidores capacitados, superando em 15% a meta estimada, devido a política adotada pela instituição em contratar cursos "In Company", atingindo dessa forma um número maior de servidores.

Assim como, foram proporcionados cursos de especializações para membros e servidores nas áreas de Direito Empresarial, Direito do Consumidor e Direito Negocial, Direito Processual Civil, Direito Processual e Direito Penal Administrativo, além dos demais treinamentos programados, seminários, congressos e cursos técnicos de pequena duração.

Outros aspectos relevantes:

Não há registro de outros aspectos relevantes. As ações foram realizadas dentro do previsto, atendendo todas as necessidades de ordem de manutenção e de funcionamento das unidades em todo o Estado.

Avaliação das Ações do Programa

Ação: 3522-Apoio às Ações do Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado

Unidade Responsável: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Objetivo Específico: Desarticular 50% das organizações criminosas identificadas pelo GAECO.

Produto: Operação realizada

Unidade de Medida: Percentual

Responsável pela Ação: Paulo Roberto Jorge do Prado

Realização da Meta Física

Meta Física Prevista LOA	Meta Física prevista após créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
12,00	12,00	12,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física

- O cumprimento da meta estabelecida, foi cumprido em sua totalidade no ano de 2012, provenientes das providências de apoio a todas as Comarcas do Estado de Mato Grosso, bem como aos Procedimentos Investigatórios instaurados no GAECO.

Análise de desempenho da Ação

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	1.356.400,00	1.200.250,31	1.200.250,31	0,00	88,49	100,00
Total	1.356.400,00	1.200.250,31	1.200.250,31	0,00	88,49	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

O GAECO, atingiu de forma satisfatória a previsão orçamentária do exercício de 2012 em 88,49% considerado BOM, pelo Quadro da Realização Orçamentária e Financeira, devido a atuação incisiva e coerente deste grupo ao combate a criminalidade, através dos aprimoramentos nas investigações de inteligência nas áreas de crimes envolvendo Agentes Públicos e Narcotráfico, bem como a modalidade Novo Cangaço.

Capacidade de Execução – COFD:

Em 2012 o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado atingiu 100%, da capacidade de executar os recursos disponibilizados, aplicando de forma criteriosa e responsável o seu orçamento nas atividades desenvolvidas para implementação do combate a criminalidade, bem como o desbaratamento de 100% dos casos investigados.

Alcance do Objetivo Específico:

Os resultados esperados, ao final da implementação do Programa de REDUÇÃO DA IMPUNIDADE, atingiu um percentual considerado como ÓTIMO, na régua de parâmetros, devido ao fato, que no conjunto de Operações Deflagradas por este Órgão de Inteligência, fez-se primordial para esse sucesso, gastos de investimentos na aquisição de aparelhagem técnica fundamentais para elucidação das vertentes que norteiam a formação da estrutura do crime organizado. Além de capacitações, pagamentos de diárias, manutenção de veículos, que dão suporte aos nossos Agentes a realizarem levantamentos de campo conclusivos para logarmos êxitos nos desencadeamentos no combate a redução da impunidade, assim, podemos afirmar que tais resultados foram possíveis em face do esforço, empenho, dedicação e comprometimento desse Grupo. Portanto, as dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual LOA ao GAECO, foram suficientes para o exercício de 2012, salientando que todos os recursos foram devidamente liberados pelos órgãos responsáveis da procuradoria Geral de Justiça sempre que solicitados, corroborando ao êxito do objetivo da ação e satisfação no percentual almejado por este Órgão de inteligência.

Outros Aspectos Relevantes:

- Desarticulação de Crime Organizado com o Tráfico ilícito de entorpecente
- Desarticulação de Crime Organizado contra Agências Bancárias e caixas eletrônicos: 12 investigações
- Apoio as Promotorias do Estado de Mato Grosso, bem como a Instituições Públicas.
- Desarticulação de crime organizado com reflexo ao Meio Ambiente: 04 investigações
- Crimes de exploração sexual contra crianças e adolescentes: 08 investigações

Recomendações da Unidade pelo Responsável pela Ação:

Aumento da Estrutura física da unidade; aquisições de equipamentos modernos na área de informática e na estrutura de equipamentos balísticos, incentivo a realização de cursos de aprimoramento e atualização na área de inteligência e infiltração, bem como nas novas tecnologias de comunicação através de aplicativos via internet, a fim de gerar aperfeiçoamento nas diligências sigilosas, fortalecendo a infraestrutura básica nas ações investigatórias, operacionais e táticas, proporcionando melhores condições de atendimento integral aos integrantes do GAECO.

Avaliação das Ações do Programa**Ação: 3547-Gestão de Tecnologia da Informação**

Unidade Responsável: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Objetivo Específico: Implantar governança em todos os serviços e processos de tecnologia da informação do MPE/MT

Produto: Promotoria de justiça com atendimento regionalizado

Unidade de Medida: Percentual

Responsável pela Ação: Márcio Santana Souza

Realização da Meta Física

Meta Física Prevista LOA	Meta Física prevista após créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
10,00	10,00	10,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física

- Foi implantado o Service Desk em 4 polos regionais, provendo atendimento técnico presencial nas 81 Promotorias de Justiça do interior do Estado, com prazos pré estabelecidos e divulgados a todos os usuários do MP.

Análise de desempenho da Ação**Realização Orçamentária e Financeira**

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	2.599.490,00	1.317.011,20	1.317.011,20	0,00	50,66	100,00
Total	2.599.490,00	1.317.011,20	1.317.011,20	0,00	50,66	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Foi alocado o restante da dotação planejada em Projeto de Desenvolvimento de Sistema de Gestão de Pessoas: o portal RH do MP.

Capacidade de Execução – COFD:

Investido na criação dos polos regionais, de modo a prover atendimento técnico presencial a todas as Promotorias de Justiça do Estado.

Alcance do Objetivo Específico:

No que tange à Gerência de Sistemas, foi desenvolvido um grande projeto para adequação a resolução 63/2010 do CNMP, onde foi determinado a mudança das tabelas taxonômicas de todos os sistemas do MP. Fomos o terceiro estado a cumprir integralmente a resolução, tornando os nossos sistemas mais modernos e adequado a nova nomenclatura das tabelas.

Na Gerência de Suporte, foi desenvolvido e fortalecido o trabalho do service desk, descentralizado em 4 polos regionais e prestando atendimento técnico presencial em todas as Promotorias de Justiça do Estado.

Na Gerência de Redes foi investido em infraestrutura e segurança da informação, com projetos de virtualização processual e migração da rede Novell para o AD.

Avaliação das Ações do Programa

Ação: 3549-Implantação e Implementação das Unidades do Ministério Público em MT

Unidade Responsável: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Objetivo Específico: Proporcionar melhores condições de atendimento ao cidadão.

Produto: Promotoria de justiça com atendimento regionalizado

Unidade de Medida: Unidade

Responsável pela Ação: Luiz Massao Ikeda

Região de Planejamento	Meta
Região I - Noroeste I	1,00
Região II - Norte	1,00
Região III - Nordeste	1,00
Região IV - Leste	1,00
Região V - Sudeste	2,00
Região VI - Sul	2,00
Região VII - Sudoeste	2,00
Região VIII - Oeste	2,00
Região IX - Centro Oeste	0,00
Região X - Centro	1,00
Região XI - Noroeste II	0,00
Região XII - Centro Norte	0,00
Total	13,00

Realização da Meta Física				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física prevista após créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
32,00	32,00	13,00	40,62	40,62

Análise da Meta Física

- Os esforços da equipe de engenharia do Ministério Público foram alocados de modo que fosse possível o início dos serviços de construção das novas sedes das promotorias dos municípios de Sinop, Sorriso e Tangará da Serra, assim como a Reforma e readequação do edifício que abrigará a nova sede do GAECO, Colégio de Procuradores e Gabinetes da Procuradoria Geral de Justiça.

Análise de desempenho da Ação

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	5.870.000,00	3.532.877,15	3.312878,46	0,00	56,44	93,77
300	0,00	8.400.000,00	8.400.000,00	0,00	0,00	100,00
Total	5.870.000,00	11.932.877,15	11.712.878,46	0,00	199,54	98,16

Capacidade de Planejamento - PPD:

O valor empenhado a menor do que o inicialmente programado na fonte 100 - Tesouro Estadual ocorreu devido ao fato de não executarmos a primeira fase de construção da nova sede de Promotorias de Justiça no município de Várzea Grande-MT. Ocorre que a infraestrutura de esgoto e saneamento básico no terreno onde será edificado a obra não foi efetivada pelo município, tal situação gerou óbice para o início da execução. Fato que gerou um índice de execução inferior ao programado.

Capacidade de Execução – COFD:

Embora o índice do PPD tenha apresentado superior ao inicial, o planejamento foi adequado. O valor empenhado em relação a dotação inicial superou devido ao fato de termos reforçado a dotação por meio de crédito adicional - superavit financeiro. Ocorre que a construção da sede da promotoria de justiça no município de Sorriso foi executado no exercício de 2012. E o acréscimo de orçamento foi o recurso destinado em 2011 para tal finalidade o qual não havia sido utilizado.

Alcance do Objetivo Específico:

Com a finalidade de tornar o Ministério Público mais acessível ao cidadão, buscamos dotar os órgãos de execução e auxiliares de estrutura mínima para melhor atender aqueles que buscam a tutela ministerial. Estas melhorias foram compreendidas entre reformas, ampliações e adequações as Normas de Segurança e Acessibilidade (de acordo com a ABNT -NBR 9050-2004).

Avaliação das Ações do Programa

Ação: 3560-Capacitação e Aperfeiçoamento Funcional

Unidade Responsável: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Objetivo Específico: Promover aprimoramento profissional e cultural dos servidores da instituição

Produto: Capacitação realizada

Unidade de Medida: Pessoa

Responsável pela Ação: Silvana Corrêa Vianna

Realização da Meta Física

Meta Física Prevista LOA	Meta Física prevista após créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
300,00	300,00	345,00	115,00	115,00

Análise da Meta Física

- O planejado foi a capacitação de 300 servidores. Conseguimos capacitar 345, superando em 15% a meta estimada. Este desempenho deu -se ao fato da política adotada pela instituição em contratar cursos "In Company", atingindo assim um número maior de servidores..

Análise de desempenho da Ação

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	229.000,00	179.740,00	179.740,00	0,00	78,49	100,00
Total	229.000,00	179.740,00	179.740,00	0,00	78,49	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

As capacitações inicialmente previstas foram totalmente realizadas, sendo utilizado parcialmente a dotação inicial. Nenhuma ação deixou de ser realizada.

Capacidade de Execução – COFD:

O dotação inicial foi suficiente para atender a demanda inicialmente prevista. Portanto o desempenho apurado Ótimo é devido ao planejamento adequado e com otimização do recurso.

Alcance do Objetivo Específico:

A meta física superou em 10,01% em relação a inicialmente prevista de forma que esse desempenho teve repercussão positiva na Instituição uma vez que a qualificação dos servidores tem reflexo imediato na prestação de serviço a sociedade

Outros aspectos relevantes:

Capacitação dos Contadores e Controladores do Estado e Municípios;
Curso Prático de Contabilidade Geral;
Ciclo de Capacitação "Gestão Eficaz";
I Fórum de Excelência Pública - Sustentabilidade de Gestão;
Jornada de Avaliação e Planejamento Estratégico de Meio Ambiente e Urbanismo;
Ciclo de Estudos - Eleições 2012;
II Simpósio Nacional de Gestores do SIMBA;
Workshop da Acessibilidade: Capacitação de Engenheiros e Arquitetos;
Cursos de Práticas Contábeis;
II Congresso Internacional de Direito Constitucional;
Formação e Capacitação de Pregoeiros;
Fórum de Fiscalização de Contratos e Obras;
Fórum: Fiscalização de Contratos e Obras;
Curso Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
1º Ciclo de palestra sobre os Meios de Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa no século XXI;
Fórum: O novo Código Penal, entre outros.

Avaliação das Ações do Programa

Ação: 3562-Apoio aos Órgão de Execução do Ministério Público

Unidade Responsável: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Objetivo Específico: Subsidiar as ações dos órgãos de execução do Ministério Público na atuação judicial e extrajudicial.

Produto: Apoio técnico prestado

Unidade de Medida: Percentual

Responsável pela Ação: José Antônio Borges Pereira

Realização da Meta Física				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física prevista após créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
4,00	4,00	5,00	125,00	125,00

Análise da Meta Física

- A meta foi atingida em sua totalidade, com o apoio técnico aos órgão execução, prestado. (pesquisa, perícia)

Análise de desempenho da Ação

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	150.000,00	125.370,19	125.197,37	0,00	83,46	99,86
Total	150.000,00	125.370,19	125.197,37	0,00	83,46	99,86

Capacidade de Planejamento - PPD:

O bom desempenho acima deve-se ao fato de que no momento de elaboração do planejamento e programação da despesa, contemplou-se uma maior efetividade na utilização dos Convênios e Termos de Cooperação Técnica, onde os custos são basicamente com diárias e adiantamentos de despesa para os deslocamentos. Dessa forma, não houve aumento expressivo na contratação de profissionais e/ou empresas especializadas, para atender às Promotorias de Justiça em relação aos processos judiciais e extrajudiciais.

Capacidade de Execução – COFD:

O ótimo desempenho da capacidade operacional financeira da despesa deve-se ao fato de que as ações foram realizadas em consonância com a nova reprogramação das despesas e os recursos foram suficientes.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico é subsidiar as ações dos órgãos de execução do Ministério Público na atuação judicial e extrajudicial. O objetivo foi atingido com sucesso, por meio da Coordenadoria-Geral do CAOP, na medida em que foi promovida a eficácia das ações institucionais.

Avaliação das Ações do Programa

Ação: 3560-Capacitação e Aperfeiçoamento Funcional

Unidade Responsável: 08601-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Objetivo Específico: Promover aprimoramento profissional e cultural dos servidores da instituição

Produto: Capacitação realizada

Unidade de Medida: Pessoa

Responsável pela Ação: Silvana Corrêa Vianna

Realização da Meta Física

Meta Física Prevista LOA	Meta Física prevista após créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
35,00	35,00	33,00	99,29	94,29

Análise da Meta Física

- O percentual de 94,29% atingido em relação a meta prevista atendeu satisfatoriamente o planejado.

Análise de desempenho da Ação

Realização Orçamentária e Financeira

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
240	42.905,00	42.905,00	38.813,99	0,00	90,46	90,46
640	0,00	44.086,01	43.746,01	0,00	0,00	99,23
Total	42.905,00	86.991,01	82.560,00	0,00	192,43	94,21

Capacidade de Planejamento - PPD:

O valor empenhado superior ao valor inicialmente previsto se deve ao fato de que a receita do FUNAMP prevista gira em torno do valor da dotação inicial, porém como o Fundo acumula saldo financeiro de outros exercícios, foi realizado crédito adicional por superavit financeiro, o que permitiu o reforço considerável na dotação, impactando no conceito -Altamente Deficiente-, classificado pela régua.

Por outro lado, esse conceito não tem reflexo de forma negativa na capacidade de planejamento e programação das despesas uma vez que as ações definidas para este exercício foram todas realizadas com sucesso.

Capacidade de Execução – COFD:

Registro que todas as ações programadas foram efetivadas conforme o planejado.

Alcance do Objetivo Específico:

O resultado foi alcançado com os treinamentos atingindo a porcentagem de servidores conforme planejado.

Outros aspectos relevantes:

Além dos treinamentos programados, foram adquiridas 33 vagas em cursos de especializações para os membros e servidores nas áreas de: Direito Empresarial, Direito do Consumidor e Direito Negocial; Direito Processual Civil e Direito Penal e Processual Penal.